

# Envelhecimento precoce do governo

Por **Claudia Safatle**

**Valor Econômico, 13.2.2015**

## **Ilusionismo não ajudará Dilma a reconquistar apoio**

Há mais de uma dúzia de razões para o governo da presidente Dilma Rousseff assumir a real situação econômica do país e liderar o processo de ajuste.

A inflação em janeiro bateu em 7,14%, em 12 meses. Para as famílias com renda de até dois salários mínimos, o aumento foi de 2%. O tarifaço, na energia elétrica, chega à casa dos 40%; e apesar dos preços do petróleo no mercado internacional terem caído cerca de 60%, a gasolina, para o consumidor brasileiro, subiu 10%.

Decorridos 44 dias da posse de Dilma, o real foi a moeda de pior performance no mundo dos emergentes e a desvalorização representa redução da relação câmbio/salário.

As pressões sobre a inflação são, hoje, maiores do que o Banco Central supunha em janeiro. Os juros, que já estão em 12,25% ao ano, vão ter que subir mais. O BC contava com menor aumento da tarifa de energia - os R\$ 9 bilhões que constavam do orçamento para as distribuidoras de energia representavam 10% a menos no tarifaço. O recado de que a taxa Selic terá que subir mais já foi dado pelo diretor do BC Luiz Pereira Awazu.

O déficit nominal do setor público em 2014, de 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB), foi dos maiores do mundo e o déficit primário, de 0,63% do PIB, foi o pior desde 2001.

O desarranjo nas contas públicas elevou a dívida bruta para 63,4% do PIB - acréscimo de 6,6 pontos percentuais no ano passado -, em uma deterioração acelerada só comparável aos anos 90, quando os Estados quebraram e faliram os seus bancos.

Política fiscal apertada não é substituto de política monetária apertada, mas ambas se complementam para melhorar a atuação da taxa de juros sobre a inflação.

Crescimento zero em 2014 e expectativa de contração da atividade econômica em 2015 acirram o temor do desemprego.

Mesmo assim, o déficit externo, nas contas correntes do balanço de pagamentos, atingiu 4,17% do PIB no ano passado, o mais elevado desde 2001. Os investimentos estão em queda e houve retração de 3,2% na produção industrial no ano passado. O crédito minguou.

Crise hídrica, risco de racionamento de água e energia, investigações do Petrolão, nova CPI da Petrobras, índices de confiança ruins vão se sobrepondo e compõem o quadro desolador para este ano.

A vitória de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara, uma derrota inquietante para o governo, dá ao parlamentar o domínio sobre a agenda política do país, o eleva à categoria de nova liderança e expõe o esfacelamento da base de apoio político do governo.

Sem apoio integral nem mesmo do PT, fica muito mais difícil para o governo aprovar e executar a política de aperto fiscal - com aumento dos impostos e cortes em benefícios trabalhistas e previdenciários.

Nota-se que para cumprir a meta de superávit primário de 1,2% do PIB este ano, anunciada em dezembro - antes de a nova equipe do Ministério da Fazenda conhecer a extensão do estrago nas contas do Tesouro Nacional no ano passado - faltam mais medidas, sejam de cortes de gastos ou de elevação das receitas.

Tudo, no início do segundo mandato, convergiu para derrubar a popularidade da presidente, que venceu as eleições negando que faria o que está fazendo. Segundo pesquisa Datafolha, seis em cada dez entrevistados consideraram que ela mentiu durante a campanha.

Estelionato eleitoral é intragável para o eleitorado. José Sarney experimentou desse fel em 1986, quando, seis dias após as eleições de 21 de novembro, editou o Cruzado 2. O Plano Cruzado, anunciado em fevereiro daquele ano, pretendia acabar com a superinflação e, dentre as várias medidas, congelou todos os preços da economia, decisão aplaudida pelos "fiscais do Sarney" que foi esticada, na marra, até as eleições.

O Cruzado 2 acabou com o congelamento de preços, aumentou vários impostos e encerrou o namoro do então presidente com os eleitores. Em junho de 1987, o ônibus em que Sarney estava foi atacado por uma multidão com pedras e picaretas, no centro do Rio.

"Se hoje eu pudesse escolher entre assinar o Cruzado 2 e ter a mão cortada, preferiria ficar sem a mão", admitiu o ex-presidente Sarney anos depois. Ali começou o fim do seu governo, que se arrastou de forma melancólica até 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello.

Fernando Henrique Cardoso provou do mesmo veneno. Levou a âncora cambial à exaustão e, reeleito em 1998, assumiu em janeiro de 1999 e desvalorizou a moeda, não sem antes produzir uma crise. O eleitor não o perdoou. Em agosto de 1999 houve a "Marcha dos 100 mil", com o slogan "Fora FHC", comandada pelo PT.

Joaquim Levy, ministro da Fazenda, foi colocado no comando da área econômica para consertar os erros acumulados e repor credibilidade ao governo. Caminhos que são cruciais para recuperar o crescimento. Ele pode saber como se faz, mas permanecem fortes dúvidas sobre o apoio que terá o ministro para levar adiante um duro ajuste que, sem dúvida, cobrará seu preço.

Surpreendido com o resultado da pesquisa Datafolha, que mostrou a reprovação dos eleitores à presidente, o Palácio do Planalto reagiu. Informou que Dilma se encontraria com Lula ontem para tratar do problema e recorrerá aos serviços de João Santana, o marqueteiro que a ajudou a vencer as eleições falseando a verdade. Dos 42% entre avaliação boa e ótima de dezembro, sobraram 23%. Está em curso, assim, um processo de envelhecimento precoce do governo que precisa ser tratado.

Lançar mão do ilusionismo será de pouca valia. Em situação obviamente muito mais dramática, na Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, reconhecido por sua capacidade de liderança e destreza de

oratória, declarou: "Só tenho para oferecer sangue, sofrimento, lágrimas e suor (...)Temos perante nós muitos e muitos meses de luta e sofrimento".

O ajuste virá de qualquer forma, seja ele patrocinado e coordenado pelo governo ou imposto à força pelo mercado, mediante maior desvalorização cambial. O desafio está posto.